

**Seminário Nacional comemorativo do 30º aniversário da criação do ensino profissional em Portugal  
Porto, 21 de janeiro de 2019**

Políticas públicas: uma arte de promover o bem comum  
O caso das escolas profissionais e do ensino profissional

Celebram-se hoje, 21 de janeiro de 2019, os trinta anos da medida de política pública de criação das escolas profissionais e do ensino profissional.

Que bom que é podermos estar aqui, trinta anos depois e a comemorar com alegria este acontecimento tão singular! Valeu a pena termos lutado, tantos e durante tantos anos, pela promoção deste bem educacional!

Esta é uma celebração que não é nada habitual, pois nem uma medida de política, em educação, costuma permanecer tantos anos de pé, nem, quando isso acontece costuma haver motivos para uma pública celebração.

Mas, não sendo habitual, este encontro de tantos obreiros desta causa, que vivamente saúdo, é importante e quero aproveitar o momento para refletir convosco muito brevemente sobre dois pontos, a saber: (i) o que é que esteve na origem deste relativo sucesso de uma medida de política pública de educação, ou seja, como é que foi formulada esta política; (ii) que impacto é que ela está a ter e ainda pode vir a ter na qualificação dos jovens portugueses.

Creio que a abordagem da primeira questão é necessária, pois o exercício da memória, feito assim, em comum, olhos nos olhos, revela-se fundamental na hora de prosseguirmos, hoje, o mesmo combate pela justiça, pela equidade e pela qualidade da educação dos portugueses. Os desafios de hoje não são menores do que os de há trinta anos, são diferentes e são muito exigentes; à política pública de educação continua a pedir-se muito (exigência que é feita a todos os atores sociais e não apenas ao Estado).

É preciso começar por dizer que esta medida de política vigorou ao longo de trinta longos anos não só pela ação dos sucessivos governos, com diferentes orientações políticas, como pelo compromisso firme de centenas de instituições da sociedade portuguesa, muitas aqui hoje representadas, o que lhe confere um cunho peculiar e infelizmente bastante raro. É muito útil, portanto, refletirmos em conjunto sobre o que é que pode tornar uma medida de política pública justa e eficaz na promoção do bem comum.

Entre 1987 e 1989, na sequência da publicação da nova Lei de Bases do Sistema Educativo trabalhou-se intensamente na criação de condições para que esta medida tivesse êxito. A formulação de uma política constitui uma componente essencial para o seu sucesso, o que é tantas vezes contrariado seja pelos curtos ciclos eleitorais, pela pressa em “deixar uma marca”, o que corresponde tantas vezes a dar prioridade a interesses muito particulares e até pessoais, e ainda pelo dito pragmatismo, que corresponde geralmente a uma falta de ideias sobre o que é que é preciso fazer, como e com quem. Ou seja, como costume referir, em educação como na política, o processo é o produto.

O que fizemos então? Como é que esta medida política foi formulada?

O contexto:

Portugal tinha acabado de aderir à União Europeia (1986) e havia mais recursos disponíveis para a qualificação profissional dos portugueses, tal era o nosso atraso em termos educacionais;

a taxa de escolarização no nível secundário era de cerca de 30%, o que afastava a grande maioria da população do acesso a este bem educacional e ao prosseguimento da sua formação posterior;

o único meio de prosseguir estudos para além do 9º ano era o ensino secundário geral, de tradição liceal, pois as vias alternativas tinham sido banidas em 1977, em nome da equidade e da igualdade de oportunidades (falamos do antigo “ensino técnico”);

entretanto tinha sido lançado, em 1983, o chamado “ensino técnico-profissional”, num modelo ainda muito incipiente, que não constituía uma verdadeira e cativante alternativa ao ensino geral/liceal;

a Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988) estudou a questão e propôs a criação de outras modalidades equivalentes de ensino e formação, após o 9º ano, não discriminatórias;

várias forças políticas e sociais ansiavam democratizar seriamente a educação e promover uma verdadeira igualdade de oportunidades, continuando a combater o nosso atraso educacional estrutural, o que não se conseguiria enquanto o ensino secundário fosse um corredor asfixiante de acesso ao ensino superior;

o abandono escolar era muito elevado e o insucesso escolar envergonhava a política de educação de Portugal, tal era o desfazamento entre o que se oferecia e o que os jovens desejavam e tinham capacidade de realizar com sucesso;

muitas associações empresariais e empresários propunham a criação urgente de vias que possibilitassem a qualificação de técnicos intermédios;

credíveis organizações internacionais, como a OCDE (1987) e a UNESCO (1988), publicaram avaliações à política de educação de Portugal, em que sugeriam um ensino para “aproximar os jovens da vida ativa e do mundo do trabalho”, capaz de “contribuir para o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa e membro da coletividade”.

Estávamos, pois, perante interesses diferentes de atores sociais muito diferenciados, mas parecia haver uma convergência em torno da necessidade de acabar com esse corredor único, apertado e socialmente muito seletivo de acesso ao ensino secundário e ao ensino superior. O ensino secundário tinha acabado por cair no modelo do antigo ensino liceal, fortemente seletivo, desligado dos contextos, excessivamente livresco, teórico e abstrato; a clarividência e a rapidez com que se acabou com o antigo “ensino técnico”, industrial e comercial, não se aplicou ao antigo “ensino liceal”, que infelizmente foi tomado como a única referência a seguir. A cabeça ficou fixa a olhar um problema e não rodou para ver que o problema da seletividade social, da discriminação e da justiça social era bastante mais vasto e não um exclusivo do “ensino técnico”.

O imperativo era ético e político: era preciso combater os níveis de insucesso escolar e de abandono escolar, sem paralelo na União Europeia, promovendo uma educação mais equitativa e uma maior igualdade de oportunidades. A desmotivação e desinteresse dos jovens por um ensino liceal e livresco eram genuínos e profundos, impedindo a realização pessoal de muitos adolescentes. O terreno apresentava-se, assim, favorável à diversificação de percursos após o ensino básico de nove anos.

Mas, antes de se agir, era preciso saber mais para que fosse possível fazer bem o que era preciso ser feito: (i) em primeiro lugar, ouvir os alunos (algo que se faz tão pouco e é tão importante!): procurámos conhecer as expectativas dos adolescentes que frequentavam o 9º ano e realizaram-se inquéritos em larga escala (perto de 9.000 alunos/ano), três anos seguidos. Concluiu-se que havia uma tendência clara: entre os jovens que queriam continuar a estudar, que eram cerca de 84% do total, 24 a 30% queriam fazê-lo num tipo de ensino mais prático e ligado à preparação para o exercício profissional; (ii) era preciso avaliar profundamente a política que estava em marcha, o chamado “ensino técnico-profissional”, o que também se fez ouvindo todos os implicados no processo, desde os alunos, aos pais, aos professores, aos empresários, numa avaliação muito alargada e consistente, das mais amplas que alguma vez se fizeram entre nós. Havia aspetos a corrigir e tomámos boa nota das conclusões da avaliação.

A agenda política estava assim constituída. O problema estava identificado, era percepcionado pelas instituições e pelos cidadãos, a legitimidade para se desencadear um política pertinente era real e constituía uma prioridade política, seria necessário formular a política pública adequada, procurando o aconselhável consenso político.

Foi preciso criar o sonho, formular a esperança, dar-lhe corpo inteiro: cabeça para seguir de modo orientado, braços para acolher todos os atores disponíveis e pernas para andar e não tropeçar na primeira dificuldade.

O programa do governo (1987-1991) previa a criação de uma rede de escolas para a qualificação dos jovens e o Ministro Roberto Carneiro, com a maior determinação e entusiasmo, lançou o desafio de se avançar neste caminho. Mais uma vez quero homenagear o Ministro Roberto Carneiro e louvo a sua visão ímpar e ousada e o enorme apoio político que sempre dedicou a esta medida.

Era preciso, pois, definir o modelo e a sua implementação, formulando uma norma nacional.

No que se refere à definição do modelo de escolas e de formação a seguir, estabeleceu-se um quadro de inovação educacional que ainda hoje é comumente reconhecido.

Primeiro, seis decisões de carácter estratégico sobre o modelo:

(i) optámos por criar um novo tipo de escolas, que chamamos “escolas profissionais”, pois os riscos de subverter a inovação era enorme se esta se desenvolvesse seja dentro das escolas secundárias de “matriz liceal”, seja dentro das antigas “escolas industriais”, que o ligariam rapidamente ao modelo do passado;

(ii) a sua qualificação seria equivalente ao 12º ano e daria acesso ao ensino superior como qualquer outra modalidade formativa;

(iii) a oferta de ensino artístico especializado, música, dança, teatro, artes circenses, ... poderia crescer amplamente por esta via, quebrando um ciclo de fragilidade que impedia tantos jovens de descobrirem e seguirem a sua vocação;

(iv) estas escolas, públicas e privadas, seriam desenvolvidas por iniciativa de instituições sociais de todo o país, em cooperação com o Estado, sob a modalidade de contratos-programa, dentro de um modelo de “regulação conjunta”, com apoio de fundos nacionais e comunitários (o que implicou uma negociação especial com Bruxelas, pois os fundos comunitários não apoiavam a educação e o ensino, mas apenas a formação profissional de ativos);

(v) as escolas teriam autonomia pedagógica, administrativa e financeira, com liberdade de contratação dos seus professores e formadores (o que ainda hoje subsiste e constitui um exemplo do que se poderia fazer serena e proficuamente em todas as escolas!);

(vi) seria dado especial apoio à criação de cada escola através de um apoio “personalizado” pelo novo serviço central criado no Ministério da Educação, o já referido GETAP.

Além disso, o modelo pedagógico definido continha novas características:

seriam escolas pequenas e com uma escala humana e personalizadora muito forte; a matriz pedagógica teria de combinar uma componente de base sociocultural sólida com formação científica e técnica ou artística, num quadro de inovação pedagógica;

esta pedagogia inovadora continha, entre outros aspetos, a opção por gerar um modelo de ensino/aprendizagem assente na “aprendizagem modular”, a criação de uma “disciplina de integração”, confluência de vários saberes, as “provas de aptidão profissional”, como projetos integradores que serviriam como modo de conclusão dos cursos, envolvendo a comunidade.

Em termos de execução da medida de política, tomaram-se, ao mesmo tempo, quatro decisões cruciais para que esta iniciativa política não ficasse refém da primeira mudança de governo e dos ciclos eleitorais, tal era o sentido que tínhamos alcançado sobre a sua pertinência e oportunidade e sobre o seu sentido de justiça social (decisões estas que também são pouco conhecidas e refletidas):

(i) foram feitas negociações políticas, discretamente, com a UGT e a CGTP, tendo em vista envolver ambas as centrais sindicais no processo (o que ainda hoje persiste), de modo a assegurar um apoio político bastante amplo; (ii) se houvesse iniciativa local (e ela foi enorme!), os três primeiros anos seriam de crescimento acelerado da oferta, tecendo uma rede nacional de escolas, tendo em vista impedir o fácil “desaparecimento” da medida com a primeira mudança de governo, no fim do ciclo eleitoral; haveria, assim, uma rede nacional de escolas e estas não dependiam exclusivamente do arbítrio dos serviços centrais do ME, mas de centenas de instituições sociais; (iii) criaram-se materiais informativos e apelativos, destinados aos jovens do 9º ano, que foram distribuídos por todas as escolas, pois sabíamos, da sua própria boca, que até cerca de 30% queria outro tipo de ensino (o que viria a revelar-se como verdadeiro) e era preciso comunicar bem e depressa que esta oportunidade estava finalmente criada; (iv) era preciso que esta medida de política tivesse na administração central servidores públicos capazes de se dedicarem à sua implementação de imediato, sem hesitações e com todo o entusiasmo e competência necessários, tendo sido criado o GETAP, uma nova direção-geral com sede no Porto.

E, assim, o que parecia tão difícil e quase impossível aconteceu... hoje, trinta anos volvidos, há cerca de 35% dos jovens que seguem estudos após o 9º ano que o fazem no ensino profissional, seja em escolas profissionais privadas e públicas, seja em escolas secundárias, públicas e privadas.

**Ou seja, conseguimos!**

O compromisso solidário e cooperativo de centenas de instituições da sociedade portuguesa, de norte a sul do país, esse mesmo país do interior e do litoral, que

tantos dizem estagnado, incapaz e dependente, teve um desempenho notável neste empreendimento e tem sido ele o principal sustentáculo desta medida de política, pois nestas três décadas não faltaram os momentos de hesitação dos governos e persistiram dificuldades contínuas em assegurar um modelo estável de financiamento. Estas instituições foram os esteios que seguraram a vinha que tão belo néctar produziu e continua a produzir!

O caminho da co-construção política do bem comum, que não é de facto um exclusivo do Estado, revelou ser, no nosso país, um caminho cheio de potencialidades. Pena é que seja tão pouco conhecido e estudado, mormente por quem se quer dedicar à vida política, no sentido da promoção do bem comum.

Foi um tempo de enorme esperança e entusiasmo, o que também constitui uma vertente determinante em políticas públicas, criando um quadro simbólico coerente de construção coletiva de um país melhor, alicerçado em jovens mais realizados pessoalmente e melhor apetrechados tecnicamente. Os primeiros jovens a frequentar o novo ensino profissional falavam publicamente da sua alegria e de um entusiasmo partilhado em torno de um tipo de ensino que os valorizava e os projetava para um futuro melhor, o que se traduziu de facto em elevados índices de sucesso escolar (fizemos logo nos primeiros anos uma publicação com testemunhos dos alunos, amplamente divulgada).

Estávamos a responder a necessidades e possibilidades concretas, de pessoas concretas e de instituições concretas. Criámos um modelo adequado a esta realidade concreta, que foi auscultada, estudada, projetada.

Uma vez no terreno, a medida de política foi permanentemente avaliada nos primeiros anos, por entidades independentes e pelos serviços do Estado. A trajetória foi corrigida em alguns aspetos, mas a política pública prosseguiu ao longo do tempo e hoje, como disse, frequentam o ensino profissional 35% dos jovens portugueses que prosseguem estudos após o 9º ano; nestes trinta anos, centenas de milhar de jovens portugueses tiveram a oportunidade de seguir a sua formação numa modalidade de aprendizagem mais prática e experimental, mais integrada entre teoria e prática, escola e trabalho, disciplina e projeto, uma formação mais ligada aos contextos de vida, qualificação essa que nunca impediu o prosseguimento de estudos.

O segundo ponto que me propus tratar prende-se com o impacto deste contributo do ensino profissional para as qualificações dos portugueses.

Quando, hoje, somos atendidos em qualquer local público ou privado, quando somos servidos num café ou num restaurante, frequentamos um hotel, vamos a um cabeleireiro, ouvimos um concerto de música ou de dança ou vamos ao teatro, consertamos um automóvel ou um computador, vestimos uma dada peça de roupa que nos seduz com um novo design ou compramos novos produtos hortícolas, há quase sempre jovens qualificados pelo ensino profissional a sustentar essa nova realidade profissional, social e cultural. Assim se muda gradual e estruturalmente uma nação. Este tipo de mudança assenta em três tipos de esteios, que não são retórica política ou promessa vã, mas ficam realmente a sustentar um país novo: (i)cada jovem que se qualifica constitui um novo potencial de desenvolvimento, seja em termos pessoais, porque se realiza como ser humano, seja em termos profissionais e comunitários, porque coloca a sua nova qualificação, as suas novas competências, ao serviço dos outros;

(ii) cada conjunto de instituições que criou e desenvolveu o ensino profissional tornou-se mais próxima das necessidades e potencialidades das comunidades locais, obrigou a criar novas parcerias e provocou sinergias, além de ter reforçado as qualificações das pessoas em “territórios de baixa densidade”, abrindo novos negócios, valorizando culturas próprias e abrindo horizontes destas para o mundo, criando empregos e gerando novos nichos de esperança;

(iii) os cidadãos, individualmente, e as instituições e entidades empregadoras passaram a usufruir de jovens técnicos qualificados que se começaram a espalhar por todo o país (e pelo estrangeiro), seja nos locais mais centrais seja nos lugares mais periféricos, em pequenas vilas e aldeias, beneficiando todos com a elevação gradual da qualidade do desempenho profissional.

Na área artística, esta nova realidade é ainda mais evidente. Basta olharmos à nossa volta, aqui no Porto e no Norte para vermos que a formação de jovens artistas tem tido como sustentáculo principal o trabalho das escolas profissionais e das escolas especializadas do ensino artístico. Isso é verdade no campo da música, da dança e do teatro, mas também no das artes visuais e nas artes decorativas. Quando vejo estes jovens nas suas performances artísticas, pergunto-me quantos deles nunca teriam tido a oportunidade de serem quem são, de se terem desenvolvido como pessoas únicas! Quantos jovens tiveram, assim, a oportunidade para se qualificarem e puderam seguir a sua vocação, com entusiasmo pessoal e empenho profissional, para seu bem e para bem de toda a comunidade, aqui ou em qualquer lugar do mundo?

Ou seja, em síntese, somos uma sociedade extraordinária que só não o é mais e mais frequentemente sobretudo porque a elite que domina o Estado abafa a sua iniciativa e cerceia as suas potencialidades, proclamando a dependência e fragilidade das instituições locais, de modo a legitimar a sua arrogância e prepotência, a sua dominação, em proveito próprio e de clientelas particulares. A aliança permanente entre o Estado e as instituições da sociedade, no caso do ensino profissional, sector a sector, região e região, comunidade a comunidade, tem sido um caminho abundante em árvores e frutos cheios de vigor e qualidade. Camus disse um dia que os heróis são “gente comum que faz coisas extraordinárias por simples razões de decência”. Foi assim, em Portugal, com tantas instituições e atores sociais implicados no ensino profissional. E continua a ser assim, sobretudo por causa delas e deles e ainda desta perspetiva política de “regulação conjunta” e cooperativa entre o Estado e a sociedade.

Somos hoje um país mais justo para com tantos milhares de jovens que de outro modo não teriam alternativa de estudos e entrariam em processos de insucesso, seleção e de exclusão social. A educação tem de promover a dignidade humana de cada cidadão e não se pode limitar a seleccionar quem segue estudos aqui ou ali, centrifugando quem não se verga a um modelo de ensino/aprendizagem que valoriza apenas uma ou duas dimensões da inteligência humana.

Em síntese: havia um problema em Portugal. Ele enfrentou-se e resolveu-se. E, afinal, é tudo tão simples e tão bonito, não é?

Não me pediram para vos falar do futuro do ensino profissional. Já o fiz em outras ocasiões. Mas ainda assim anoto apenas um ou outro desafio, como forma de acabar a minha intervenção.

(i) é importante reforçar a inovação pedagógica que foi sempre uma marca do ensino profissional, mormente a que se prende com a “aprendizagem modular” e com a gestão do currículo, ou seja, com o trabalho interdisciplinar e multidisciplinar e com o desenvolvimento de “projetos integradores”, como algumas escolas lhes chamam;

(ii) é preciso que os alunos sejam cada vez mais protagonistas dentro das escolas e dos cursos; eles não são “objetos de ensino”, nem são iguais aos que chegavam ao 9º ano trinta anos atrás. Eles devem ser parte ativa da vida das instituições, obrigando a rever os modelos de participação na escola, nas salas de aula e na aprendizagem;

(iii) é preciso continuar a formar profissionais competentes que sejam ao mesmo tempo boas pessoas, o que obriga a não descurar a vertente de formação humana, de orientação para a vida e de apoio no acesso à vida profissional, o que implica valorizar a aquisição de um leque de competências-chave que são decisivas para o futuro;

(iv) importa melhorar os espaços e os equipamentos, criando novos ambientes de aprendizagem, que favoreçam este tipo de desenvolvimento das aprendizagens e este tipo de crescimento humano que defendemos; os jovens precisam de ambientes positivos de aprendizagem, que fomentem a motivação e o trabalho constante, a aquisição permanente de conhecimentos e competências, ambientes colaborativos e de incentivo mútuo;

(v) é fundamental voltar a investir na capacitação dos professores e formadores, gerando mais dinâmicas de aprendizagem colaborativa, redes inter-escolas, com apoio externo de entidades qualificadas;

(vi) é mesmo imprescindível que as escolas se liguem mais entre si, em parcerias estratégicas, como que em um novo tipo de “contratos-programa”, mas agora mais na horizontal, entre si, sem esquecer o apoio do Estado, para poderem fazer face a tantos e tão prementes desafios; sozinhas não vão ser capazes de o fazer e juntas vão certamente conseguir. As escolas, ontem como hoje, não podem ficar à mercê dos ministros e “ministérios da educação”, têm de se antecipar e organizar com autonomia e liberdade, ousadia e coragem.

(vii) o Estado, pelas suas funções próprias, ontem como hoje, é exigido que olhe para este tipo de ensino e formação não como algo “supletivo” ou “ao lado”, como se fosse “uma alternativa” (a quê? ao “ensino liceal” que se toma como referente?), mas como uma opção que é parte integrante do cumprimento da escolaridade obrigatória, agora alargada até ao 12º ano (o mesmo se deve exigir de todas as instituições sociais!).

Termino como comecei: este encontro, olhando para o passado, constitui um motivo de grande alegria para todos nós! Olhando para o futuro, temos de continuar o caminho, com entusiasmo e esperança. Estes trinta anos volvidos asseguram-nos de que vale bem a pena construir um país melhor, mais justo e com pessoas profissionalmente mais qualificadas e humanamente mais realizadas! Estamos todos de parabéns!

Joaquim Azevedo  
21 de janeiro de 2019